

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS

DISCIPLINA: ESTADO E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL
RESUMO
<p>A atualidade de temas tratados nos clássicos das Ciências Políticas é latente, em especial dos escritos de Maquiavel, que por vezes parecem ter sido produzidos sob inspiração e análise fiel do comportamento de muitos governantes que existem em nossos dias, no Brasil e no exterior.</p> <p>Para Maquiavel, a política é dotada de uma ética diferente da ética chamada por ele de “cristã” e, por isso, para esse autor, muitas vezes é necessário que o “príncipe” aja de forma mais rude para atingir um objetivo ou proteger o Estado, entendendo essas ações como eticamente justificáveis.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA POLÍTICA CONCEITOS CENTRAIS EM TEORIA POLÍTICA NICOLAU MAQUIAVEL IMMANUEL KANT GEORGE HEGEL RESOLUÇÃO
AULA 2 O ESTADO DE NATUREZA DO CONTRATO SOCIAL CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO HOBBS CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO LOCKE CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO ROUSSEAU NEOCONTRATUALISMO
AULA 3 A FORMAÇÃO DO ESTADO LIBERAL LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE WELFARE STATE CRISE DO WELFARE STATE ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL RESOLUÇÃO
AULA 4 O QUE É CIDADANIA? CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INGLESA E DA REVOLUÇÃO AMERICANA A REVOLUÇÃO FRANCESA E O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA IDEIA DOS DIREITOS HUMANOS PRINCIPAIS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE
AULA 5 CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E AS SESMARIAS FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL DEMOCRACIA NO BRASIL POLÍTICA SOCIAL
AULA 6 BRASIL COLONIAL E BRASIL IMPERIAL 1500 A 1888 PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA 1889 A 1930 ESTADO NOVO 1930 A 1964 DITADURA MILITAR 1964 A 1986 REDEMOCRATIZAÇÃO 1986 A 2002

ESTADO BRASILEIRO NA ATUALIDADE 2003 – ATUAL

BIBLIOGRAFIAS

- SCORZA, Flavio Augusto Trevisan. O Estado na obra de Kant. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1348, 11 mar. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9580>.
- SILVA, Carla A. A. O sentido da reflexão sobre autonomia no serviço social. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 6, n. 2, 2004.
- SILVA, Ricardo G. A. Estado e sociedade civil em Hegel. Revista Hélius. Sobral-CE, ano 1, n. 1, p. 52-64, jul/dez 2013.

DISCIPLINA:

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

A elaboração, a gestão e a avaliação das políticas públicas são efetuadas por servidores, os quais trataremos como gestores públicos. O objetivo principal do processo de elaboração das políticas públicas é o de atender às demandas de serviços públicos necessários ao bem-estar social de cidadãos que vivem nas cidades.

A sociedade brasileira passou e está passando por uma série de transformações na estrutura administrativa das cidades, dos estados e da União. Também podemos citar aqui o processo de democratização política, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da capacidade de escolha e da qualidade no consumo, a liberação dos mercados e as privatizações. Com isso, podemos destacar a gestão pública como sendo o agente de elaboração, formação, planejamento e avaliação das políticas públicas, com implicações diretas à sociedade, com o intuito de discutir as alternativas de políticas públicas para o bem comum da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?

TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO

OS BUROCRATAS

GRUPOS DE INTERESSE

ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

OS INFLUENCIADORES DA SOCIEDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO

AGENDA E ALTERNATIVAS

PROCESSO DECISÓRIO

IMPLEMENTAÇÃO

ACOMPANHAMENTO E EXTINÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

BOA GOVERNANÇA

REDE DE GOVERNANÇA

ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO PLURIANUAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

FORMAÇÃO DOS PLANOS

PRÁTICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
MODELO PRÁTICO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CUIDADOS FUNDAMENTAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
TEMAS DE ATENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? In: ENCONTRO NACIONAL DA ECONOMIA DA ANPEC, 18., 1990. Brasília. Anais... Brasília: Anpec, 1990. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>.
- Proposta de Emenda à Constituição n. 174, de 18 de agosto de 1995. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995b. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6D14FF77CCC10D7570471A98E279F0B2.node2?codteor=682883&filename=Avulso+-PEC+317/2008.
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n. 173, de 18 de agosto de 1995. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18AGO1995.pdf#page=25>. Acesso em: 12 jan. 2017.

DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA

RESUMO

Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dada a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
POLÍTICA MONETÁRIA
POLÍTICA FISCAL
POLÍTICA CAMBIAL
POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL
MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET
REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021
QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS NORMATIVOS
ENTIDADES SUPERVISORAS
OPERADORES DO SFN
LEI N. 13.709 – LGPD

AULA 4

INTRODUÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3
TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL

EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO
GERENCIAMENTO DE RISCO
TIPOS DE RISCOS
TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BLOCOS ECONÔMICOS
CRISES GLOBAIS
O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS
JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:
POLÍTICAS SOCIAIS

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É ÉTICA?
FUNDAMENTOS DA ÉTICA
ÉTICA NA HISTÓRIA
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS

IMIGRANTES E REFUGIADOS

POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- VAZ, M. Ética de Platão e Aristóteles: diferenças e semelhanças. Psicologia MSN.com, 2017. Disponível em <http://www.psicologiamsn.com/2014/10/eticade-platao-e-de-aristoteles-diferencas-e-semelhanças.html>.
- PANSARELLI, D. Para uma história da relação ética-política. Revista Múltiplas Leituras, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///c:/users/letic/downloads/1264-2230-1-pb.pdf>.
- MURCHO, D. Ética e direitos humanos. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 37-56, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://criticanarede.com/valoresrelativos.html>. Acesso em: 27 nov. 2018

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários.

Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS

MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO

FACULTATIVO AO PACTO

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E

PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO

DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO

NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE TRATADOS

AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL

A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

DISCIPLINA:

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

RESUMO

Existe um consenso mais ou menos definido na ciência política que prevê que as instituições fazem a diferença no padrão de governo, contudo, esse consenso é por vezes questionado quando a análise se foca nas consequências das estruturas institucionais específicas. Nesse sentido, diversos estudos ilustram a falta de acordo sobre quais resultados são produzidos por cada tipo de instituição (Tsebelis, 1997).

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

SISTEMA DE GOVERNO

REGIMES POLÍTICOS

FORMAS DE GOVERNOS

SISTEMAS LEGAIS

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESQUEMAS ANALÍTICOS PARA ANÁLISE INSTITUCIONAL

CULTURA POLÍTICA E ANÁLISE INSTITUCIONAL

INCLUSÃO, CONTESTAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

CAPITAL SOCIAL E INSTITUIÇÕES

AULA 3

INTRODUÇÃO

A ORIGEM DOS PARTIDOS

TIPOS DE PARTIDOS POLÍTICOS

FUNÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROBLEMAS PÚBLICOS E INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO
CARREIRAS POLÍTICAS NA ESQUERDA E NA DIREITA
OS BARÕES DA FEDERAÇÃO
PARTIDOS FRACOS NA ARENA ELEITORAL E FORTES NA ARENA LEGISLATIVA

AULA 6

INTRODUÇÃO
VOTO OBRIGATÓRIO E VOTO FACULTATIVO
LISTAS E ELEIÇÕES
MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA
BANCO CENTRAL DO BRASIL E INDEPENDÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- MCMANUS, R.; OZKAN, F. G. Who does better for the economy? Presidents versus parliamentary democracies. *Public Choice*, v. 176, n. 3-4, p. 361-387, 2018.
- OLIVEIRA, A. C. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da Civil Law e da Common Law. *Direito público*, v. 12, n. 64, 2016.
- CARPENA, M. L. Os poderes do juiz no Common Law. *Direito e Democracia*, v. 10, n. 1, 2009.

DISCIPLINA:

PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES: DESAFIOS DA GESTÃO CONTEMPORÂNEA

RESUMO

O aprofundamento do conceito e definição de ciência não é o propósito desta disciplina, mas para o melhor encadeamento de ideias e padronização de conceitos que serão úteis no decorrer dos capítulos, falaremos da visão comum de ciência e como a psicologia tornou-se um campo de estudo científico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ABORDAGENS DA PSICOLOGIA
TEORIAS PSICOLÓGICAS
A PSICOLOGIA E OS PROCESSOS DE TRABALHO
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E PSICOLOGIA DO TRABALHO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PERCEPÇÃO HUMANA
ATITUDE E AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS
A MOTIVAÇÃO HUMANA
LIDERANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS
A APRENDIZAGEM
O PODER E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E A MUDANÇA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PERSONALIDADE
CONHECIMENTO (CIÊNCIA) E AUTOCONHECIMENTO
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERFIL

AULA 6

INTRODUÇÃO
SAÚDE NO TRABALHO
PSICOSSOMÁTICA
ESTRESSE
DOENÇAS CRÔNICAS RELACIONADAS AO TRABALHO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIBENI, S. S. O que é ciência? 2006. Notas de aula. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>.
- GAZZANIGA, M. Ciência psicológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Livro 2

DISCIPLINA:

POLÍTICA DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

RESUMO

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios das organizações da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar?

Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O CUIDADO COM OS MAIS FRÁGEIS E VULNERÁVEIS
O CUIDADO POR RAZÕES RELIGIOSAS E HUMANITÁRIAS
RAZÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS
COMO EXERCER O CUIDADO?

AULA 2

INTRODUÇÃO
O VAZIO ASSISTENCIAL
SANITARISMO CAMPANHISTA
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA
O INAMPS
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

AULA 3

INTRODUÇÃO
A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
ESFS RIBEIRINHAS E FLUVIAIS
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS
A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

AULA 4

INTRODUÇÃO
FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA
NOB 96 – O SUS MUNICIPAL
NOAS: 2002
O PACTO PELA SAÚDE DE 2006
OS TRÊS PILARES DO PACTO

AULA 5

INTRODUÇÃO
OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA
CONTROLE DO HIV/AIDS

AULA 6

INTRODUÇÃO
O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ
A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- WAN-DALL JR, O. A. (Estado, cidade e direito de ser) exceção: sobre políticas antidemocracia e o estado de inclusão na cidade residual. Disponível em: www.ppgau.ufba/urbicentros/2012/st243.pdf.
- LÍNGUA Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados).
- NASCIMENTO, A. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.

DISCIPLINA:

COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO

RESUMO

Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS
O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO
MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO
O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ORIGENS MORAIS E ÉTICAS
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA
COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE PRIVADO

AULA 3

INTRODUÇÃO
ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ABRANGÊNCIA DA NORMA
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE
LENIÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

AULA 6

INTRODUÇÃO
O COMPLIANCE OFFICER
AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
GESTÃO DE RISCOS
MODALIDADES DE COMPLIANCE

BIBLIOGRAFIAS

- BECCARIA, C. Dos delitos e das penas. (1764). Edição Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/eb000015.pdf>.
- BRASIL, Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 3 maio 2019.
- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848compilado.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

Conhecimento; aprendizagem; andragogia; capital intelectual; desenvolvimento organizacional; desenvolvimento organizacional e de pessoas.
Aprofundar os conceitos de treinamento e desenvolvimento e abordar a realização de diagnósticos de treinamento e desenvolvimento, a estruturação dos programas de treinamento e desenvolvimento e a logística para a organização desses programas.
Execução de treinamento e desenvolvimento e os métodos utilizados, e-learning e treinamentos de integração.
Importância da avaliação dos programas de treinamento e desenvolvimento e os tipos de avaliação (avaliação de reação; avaliação de aprendizagem; avaliação da aplicação do conhecimento ao trabalho e avaliação do retorno do investimento).
Treinamento e desenvolvimento por competências; desenvolvimento de equipes; desenvolvimento de liderança; educação corporativa e universidade corporativa.
Desenvolvimento de carreira; planos de sucessão; coaching; Indicadores de treinamento e desenvolvimento; tendências em treinamento e desenvolvimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM
ANDRAGOGIA
CAPITAL INTELECTUAL
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E DE PESSOAS

AULA 2

DEFINIÇÕES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO
DEFINIÇÃO DO PLANO E DO PROGRAMA DE TREINAMENTO

LOGÍSTICA PARA A ORGANIZAÇÃO DE TREINAMENTOS

AULA 3

EXECUÇÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
MÉTODOS NO CARGO (ON THE JOB)
MÉTODOS FORA DO CARGO
E-LEARNING
TREINAMENTO DE INTEGRAÇÃO

AULA 4

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO DE REAÇÃO
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS AO TRABALHO
AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO

AULA 5

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO POR COMPETÊNCIAS
DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA
DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES
EDUCAÇÃO CORPORATIVA
UNIVERSIDADE CORPORATIVA

AULA 6

DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS
PLANOS DE SUCESSÃO
COACHING
INDICADORES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
TENDÊNCIAS EM TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

BIBLIOGRAFIAS

- CORDEIRO, L. L. Desenvolvimento organizacional e o sucesso da empresa. Administradores, 14 ago. 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/desenvolvimentoorganizacional-e-o-sucesso-da-empresa/78980>.
- PIVA, A. R. D.; PILATTI, L. A.; KOVALESKI, J. L. Desenvolvimento Organizacional: Uma contribuição dos acadêmicos que atuam na empresa júnior da FADEP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005, Ponta Grossa. Anais..., Ponta Grossa: UEPG, 2005. Disponível em: http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/comunicacao_oral/art2.pdf.
- JULIAN NETO. Cortella e Dilmenstein | Informação vs Conhecimento. 7 maio 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p2JgJ7deNrc>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DISCIPLINA:

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, PODER E POLÍTICA

RESUMO

Abordaremos o importante tema do poder e da política visto sob o prisma das relações institucionais. Visto muitas vezes de forma pejorativa, as relações institucionais – ou seja, as relações que decorrem entre as entidades da sociedade civil, como associações, igrejas, sindicatos, clubes e o Poder Público, em seus três poderes e diferentes níveis –, são fundamentais para a participação popular em um nível que ultrapasse o mero comparecimento individual às urnas periodicamente, bem como para dotar os responsáveis pela aprovação de leis ou planejamento e execução de políticas públicas de informações vitais para a persecução do bem comum.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CASA, SOCIEDADE E ESTADO: TRÊS INSTÂNCIAS DA VIDA EM SOCIEDADE
BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

LEGITIMIDADE OBJETIVA
LEGITIMIDADE SUBJETIVA

AULA 2

INTRODUÇÃO
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS NO ART. 1.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS
DIREITOS COLETIVOS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÉTICA E CONDUTA NO PODER EXECUTIVO FEDERAL
CÓDIGOS DE ÉTICA E DE CONDUTA DO EXECUTIVO FEDERAL
ÉTICA E DECORO NO PODER LEGISLATIVO
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO
STAKEHOLDER DEFINIÇÃO E MATRIZ
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS. O QUE SÃO INSTITUIÇÕES E O QUE ELAS ALMEJAM?
MISSÃO, VISÃO E VALORES DAS INSTITUIÇÕES
PROFISSIONAIS DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS QUEM SÃO E COMO ATUAM

AULA 5

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO E PROPOSITURA DE CENÁRIOS
COMO PROCEDER COM O MONITORAMENTO
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
ALIANÇAS E PARCERIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
FORMALISMO E INFORMALIDADE
AGENDAS, EVENTOS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
NEGOCIAÇÃO E LIMITES
LIMITES DA NEGOCIAÇÃO E ALTERNATIVAS EXTERNAS

BIBLIOGRAFIAS

- SANTANO, A. C.; MIRANDA NETTO, F. G. der; BLANCHET, L. A. O tabu da relação do lobby e políticas públicas no Brasil. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 49-72, jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/5813>.
- SELIGMAN, M.; MELLO, F. Lobby desvendado: democracia, políticas públicas e corrupção no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SELIGMAN, M.; MELLO, F. Lobby desvendado: democracia, políticas públicas e corrupção no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

RESUMO

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL
POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
A VIOLÊNCIA FÍSICA
VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
VIOLÊNCIA SEXUAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA URBANA
VIOLÊNCIA NO CAMPO
VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

AULA 4

INTRODUÇÃO
O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
A POLÍTICA DE SAÚDE
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PARTICIPÇÃO SOCIAL
CONTROLE SOCIAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA
COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL
CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- SALVADOR, E. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, M. O. da S. (Org.). O serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.
- Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, dez. 2010.